

Anamaria Rossi
de Brasília

Duas semanas em agosto e uma em setembro. É tudo o que os senadores pretendem dedicar aos trabalhos legislativos antes das eleições de outubro. A agenda para os dois primeiros meses do semestre prevê apenas nove sessões deliberativas — amanhã e nos dias 2, 3, 8, 9 e 10 de agosto; depois nos dias 12, 13 e 14 de setembro. O restante será de homenagens e salões vazios. Nas duas primeiras semanas deste mês, o Senado pretende resolver dois assuntos importantes: a PEC da Saúde e a crise Eduardo Jorge. A votação da proposta de emenda constitucional que vincula recursos orçamentários da União, estados e municípios à aplicação em saúde está

marcada para 10 de agosto.

Embora seja contrário à PEC da Saúde, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), desistiu de lutar contra a sua aprovação. Governistas e oposição se uniram para aprová-la em primeiro turno, em junho, e devem manter a larga maioria na votação do dia 10.

Um dia antes o Senado votará projeto do tucano Álvaro Dias (PR) que proíbe a União de vender ações da Petrobras. Derrotado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, onde a matéria era terminativa, Dias recorreu ao plenário,

mas é praticamente nula a chance de obter sucesso. A venda das ações já está em curso e o governo está unido para rejeitar a proposta.

Dificilmente o Senado terá condições de votar, antes das eleições, a reforma tributária — que precisa ser aprovada pelo Câmara antes de chegar à Casa e ainda terá que passar pelas comissões te-

máticas. O mesmo deve acontecer com a Lei de Informática, cuja polêmica carreira nas comissões promete estender-se por mais tempo.

Em tese, a Lei das S.A. pode ser votada pelo Senado em setembro, se for

**O que vai movimentar
o Senado nas duas
primeiras semanas é
a subcomissão da
CCJ que interrogará
Eduardo Jorge**

aprovada pela Câmara em agosto, admite Antonio Carlos Magalhães. Mas é pouco provável que o projeto, depois de ruidosa tramitação na Câmara, vença o rol de comissões no Senado em tempo hábil para ser votado antes das eleições.

O que vai mesmo movimentar o Senado nessas duas primeiras semanas de agosto é a subcomissão da Comissão de Constituição e Justiça, que interrogará o ex-secretário geral da Presidência Eduardo Jorge sobre as denúncias de tráfico de influência para liberação de recursos em favor das obras do Fórum Trabalhista de São Paulo. O depoimento deve acontecer na próxima quinta-feira, quando a oposição já pretende ter as 27 assinaturas necessárias à criação de uma CPI para investigar o caso.